

AO LADO DO POVO QUE COMEÇA A RETOMAR AS RUAS

1º DE MAIO - FLORIANÓPOLIS - SC



13 DE MAIO: em várias capitais atos em protesto contra o massacre de Jacarezinho

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

2ª Plenária Nacional
em 3 de julho

pág.5

LUTA DE CLASSE

Um balanço
do 1º de maio

pág.6

NACIONAL

Nova Lei de
Segurança Nacional?

pág.8

INTERNACIONAL

Denunciar a responsabilidade
do capitalismo

pág.9

UFJF, cadê as aulas práticas?

Estudantes se mobilizam por condições para o retorno presencial de disciplinas

As entidades estudantis que representam os alunos de cursos de saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estão mobilizadas frente à interrupção das aulas. Desde 2020, na universidade, vigora o Ensino Remoto Emergencial (ERE), no qual está impedida a realização das disciplinas práticas de Medicina, Enfermagem, Odontologia, por exemplo, que só poderiam ser realizadas de forma presencial. A exceção é o Estágio Obrigatório. Na Medicina o atendimento assistido no SUS ocupa 80% dos últimos dois anos do curso e está sendo realizado.

Como o Conselho Superior (Consu) manteve a suspensão das disciplinas práticas para o primeiro semestre de 2021 que se inicia em 17 de maio, a Faculdade de Medicina, entre outras, decidiu não aderir ao calendário do ERE. "A desconexão teórico-prática em nossos cursos se tornou imensa", explica Rodrigo Pacheco, presidente do Diretório Acadêmico Silva Mello.

"Praticamente todas as disciplinas teóricas geram uma disciplina prática que as acompanham – é onde aplicamos a teoria, integramos os conhecimentos, desenvolvemos habilidades e ganhamos experiência". É a falta dessa aplicação que tem gerado defasagem no aprendizado. Conta que ele mesmo chegou ao 8º período sem ter passado pelas práticas do 6º.

Delegação vai à reitoria

Buscando abrir uma via de negociação com a Reitoria, o DA organizou uma campanha e uma delegação se manifestou na porta da Administração no dia 29 de abril, com apoio da Juventude Revolução do PT, dizendo: "UFJF, cadê as práticas?".

A cobrança dos alunos é que os órgãos da Universidade apresentem um planejamento efetivo que possibilite o retorno gradual e seguro das atividades práticas presenciais. "É imprescindível que os alunos estejam em segurança e, para isso, é fundamental a garantia de Equipamentos

de Proteção Individual e o seguimento dos Protocolos de Biossegurança. Além disso, o monitoramento e rastreamento de casos é mandatório, incluindo aqui estudantes, professores e técnicos. Sempre que possível, a pactuação para vacinação desses profissionais e estudantes em campo deve ser garantida", afirma Rodrigo.

A partir do ato, os estudantes conseguiram se reunir com o Reitor

Marcus David e com a vice-reitora Girlene Alves da Silva, que também preside o Comitê Covid da UFJF. Eles se comprometeram a recolocar a questão no Consu.

E a campanha dos estudantes segue, lembrando que os prejuízos são maiores que o atraso na sua formação. Significa a retenção de profissionais que poderiam se incorporar no combate ao coronavírus no SUS.

Yuri Vieira

SEM AULA, SEM VERBA

Não é apenas a situação da pandemia que tem ameaçado a educação. No país, a pesquisa científica vem sendo aceleradamente esmagada.

No dia 15 de março o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou o resultado de seu último edital de bolsas de doutorado e pós-doutorado no Brasil e no exterior. Nele foram aprovadas 3.080 estudantes para serem contemplados, a partir desse ano pela agência, mas só 396 vão de fato ser pagas.

O orçamento de 2021 consagrou a tragédia que vivem os pesquisadores que dependem do financiamento do CNPq. O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) perdeu 29% do orçamento neste ano, comparado com 2020, o menor orçamento para a ciência nacional dos últimos 15 anos. Já o CNPq perdeu 15% frente a 2020.

Questão negra

133 anos depois, abolição segue inacabada

O povo negro ainda sofre com a cruel herança da escravidão

A escravidão negra no Brasil durou do fim da década de 1530 até 1888, mais de três séculos de exploração do povo negro trazido à força nos navios negreiros da África.

Para o movimento negro, o dia 13 de maio não é de comemoração, mas sim de luta contra o racismo e de esclarecimento que a Lei Áurea ainda é um processo inacabado. Pois se ela acabou com a escravidão formal, as famílias negras não tiveram acesso à terra e ao trabalho, condições essenciais para uma nova vida. Os escravos libertos sequer tiveram acesso à saúde, à educação e à moradia, continuaram com uma condição de vida sub-humana empurrados para as periferias das cidades.

O trabalho que os negros exerciam na condição de escravo, depois da abolição, passou a ser remunerado e exercido por trabalhadores brancos, em grande parte chegados ao Brasil como imigrantes.

Quando os negros foram sequestrados da África, só não tiraram deles uma coisa, o instituto de sobrevivência e o desejo de liberdade.

O negro durante os mais de 300 anos de escravidão, vendido ou alugado, trabalhando e vivendo em condições sub-humanas, não sobrevivia, em média a mais de 30 anos



Da senzala à favela, o povo negro ainda é submetido a condições indignas de vida

de idade.

Nessas condições de existência, tudo que vinha do povo africano era desqualificado. Suas crenças religiosas, sua cultura, suas características físicas. Para se impor à população negra a condição de escravo, além de usar a força da arma, o chicote e os castigos em geral, também se construiu uma cultura nos negros de autonegação, para diminuir as chances de reação contra o regime escravista.

Quando os negros criaram a capoeira, a estrutura policial das elites da colônia ficou encarregada de impedir a prática daquela modalidade. Os negros que eram pegos praticando capoeira eram condenados a levar 300 chicotadas. Uma maneira de reprimir qualquer forma de auto-defesa, e isso virar uma ameaça aos proprietários de escravos e ao regime

vigente. No pós-abolição a lei da vadiagem na década de 1940 foi utilizada para perseguir e prender aqueles que se dedicavam ao samba, por exemplo.

Heranças da escravidão

Depois de 133 anos da abolição do trabalho escravo, o povo negro no Brasil sofre as consequências da exploração a que esteve submetido durante três séculos. Situação que só se agrava com as políticas do genocida Bolsonaro.

Os 54% de negros que compõem a população brasileira, estão na parte de baixo da pirâmide em termos de emprego e condições de vida. Como os escravos libertos não tiveram habitação, foram empurrados para construir favelas, para os guetos e periferias, o que permanece até hoje, muitas vezes sem condições

básicas de existência, água, esgoto, saúde, transporte, acesso à cultura e salários dignos.

Na pandemia da Covid-19 os homens negros são os que mais morrem segundo os dados levantados pela ONG Instituto Polis. Enquanto entre os brancos são 157 mortes para cada 100 mil, entre os negros esse número sobe para 250. Entre as mulheres não é diferente, enquanto as brancas tiveram 85 mortes para cada 100 mil, entre as negras esse número subiu para 157, quase o dobro. A cada 10 pessoas que apresentam sintomas, 7 são negras.

A violência também atinge mais os negros, tratados em geral como suspeitos. A cada 100 pessoas assassinadas, 71 são de origem negra. Nos presídios a fotografia é a mesma. A chacina no Jacarezinho (RJ) que deixou 28 mortes em uma ação brutal da polícia civil, descumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que restringia as operações policiais no RJ enquanto durar a pandemia da covid-19, é uma expressão da política de genocídio do povo negro em nosso país. É preciso que os responsáveis pela chacina sejam punidos.

Joelson Souza

De 1º a 13 de maio

No dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, ainda que em pequenos atos, militantes de movimentos, partidos e sindicatos, portavam faixas com reivindicações e exigindo o fim do governo. Os grandes ausentes foram os que ficaram na telinha – como dirigentes da CUT, PT, PCdoB e PSOL, mal acompanhados por inimigos dos trabalhadores. Mas estes pequenos atos começaram a abrir a janela. Sem negligenciar os cuidados sanitários, começava um “chega desse papo do fique em casa”, é preciso voltar às ruas, das quais a maioria do povo trabalhador não saiu, na labuta diária para garantir seu sustento. Os grupos de base do Diálogo e Ação Petista estavam lá, ajudando a retomar a ocupação das ruas. A ausência de um chamado à mobilização pelas direções das organizações dos trabalhadores assanha os bolsonaristas a ocupá-las para fazer seus ataques e provocações.

Em de 2020, o 1º de maio marcado pelo ato heroico do Sindicato dos Enfermeiros de Brasília, frente ao Palácio do Planalto, deixou de estar isolado com este 1º de maio de 2021.

Em 6 de maio, o país e o mundo viram, estarecidos, a criminoso operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro que transformou a favela do Jacarezinho numa poça de sangue, com 29 mortos.

Neste mesmo dia 6, o genocida, entusiasmado com a operação que assassinou pessoas

pobres, a maioria negra, depois de dar “parabéns à Polícia Civil do Rio de Janeiro” deu um recado: “Ninguém mais aceita esse voto que está aí. Como é que vai falar que esse voto é preciso, legal, justo e não fraudado? E digo mais: se o Parlamento aprovar e promulgar, vai ter voto impresso em 2022, e ponto final. Não vou nem falar mais nada. Vai ter voto impresso. Se não tiver voto impresso, é sinal de que não vai ter eleição. Acho que o recado está dado”. Alucinação do genocida?

A EXPLOÇÃO VIRÁ. DESDE JÁ ESTAR NAS RUAS AJUDANDO A LUTA

Não, um plano que ele vem urdindo e que vai prosseguir se as ruas, sem um chamado à mobilização, permanecerem vazias.

Mas em 13 de maio em várias capitais e cidades, atos já bem mais encorpados gritaram basta do genocídio da população negra, fora o genocida Bolsonaro. O chamado a estes atos, feito pela Coalizão Negra por Direitos, foi atendido por petistas, com uma forte presença de jovens e outros setores. O Diálogo e Ação Petista estava lá, com seus pirulitos para fortalecer o coro.

Para dar um basta a esta situação e evitar que Bolsonaro transforme em fato os seus recados, urge que as organizações dos trabalhadores – em particular o PT e a CUT – entrem em sintonia com a necessidade urgente de dar fim à fome, ao desemprego, ao descalabro abandono da população às mazelas da pandemia, dar fim ao governo. Afinal, o que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre a Covid-19 vem revelando sobre a política do governo é segredo de polichinelo. Mas o homem continua lá! E a depender das instituições, que podem até gritar, mas não mordem, continuará. E se não for detido, apeado, almeja sua coroação como imperador!

Urge que as organizações assumam sua responsabilidade. Até porque, com ou sem chamado, uma hora o povo explode – como explodiu no Peru e agora na Colômbia (ver pag. 12).

Os que saíram às ruas em 1º e 13 de maio representam o povo que quer viver, que não quer morrer de morte matada, pela fome, pela violência e pela pandemia, que este governo dissemina.

O Diálogo que Ação Petista, prosseguirá no seu combate, ajudando a organizar os militantes petistas para agirem como o PT agia. Este é o objetivo da 2ª Plenária Nacional convocada para o dia 3 de julho.

À discussão, à luta!

OS NOSSOS

Camarada Aluísio, presente!

Corrente O Trabalho perde o camarada Aluísio Bastos, aos 74 anos, vítima de Covid-19. Morreu emblematicamente em 1º de maio, quando se comemora o dia internacional de luta dos trabalhadores.

Aluísio foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Ceará (SINTSEF-CE), em 1989, sendo seu filiado nº 1. Desde então, passou por várias gestões da diretoria do sindicato, ocupando atualmente a Secretaria de Finanças da entidade, atuando também no departamento de aposentados. Na CONDSEF (Confederação Democrática dos Servidores Federais), era membro do Departamento de Meio-ambiente. Exercia ainda a presidência da Associação dos Servidores do DNOCS – ASSECAS (associação dos servidores do Departamento de Obras contra as Secas).

O camarada Aluísio, desde os anos de 1990, militava na Corrente O Trabalho, atuando no PT e no Diálogo e Ação Petista.

Nossa Corrente sofre um duro golpe com sua perda. Acusamos o sistema capitalista, incapaz de proteger a humanidade e sua expressão



governamental mais apodrecida, o governo genocida de Bolsonaro, como responsáveis pela morte de Aluísio.

Honraremos a memória do camarada Aluísio, seguindo o combate de sua vida contra o capital e pelo socialismo.

Estendemos nosso abraço solidário aos companheiros e companheiras que tiveram o privilégio de sua companhia, como também aos seus familiares, filhos, filhas, irmãs e irmãos.

1º de maio de 2021
Comitê Regional da Corrente
O Trabalho do PT - Ceará

Memória

LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS DE ITAMARACÁ!

São seis os presos políticos de Itamaracá que já deviam estar em liberdade e que são mantidos nas celas da ilha pela negativa da Auditoria Militar do Recife de adequar suas penas aos tetos da nova Lei de Segurança Nacional. Além destes, outros seis que poderiam ter liberdade condicional também permanecem presos (...). A ditadura, não contente em sequestrar, torturar para obter “confissões” e montar processos, mantém presos que já cumpriram com as penas que ela mesma impôs. Para acabar com esta situação, os presos de Itamaracá pediram apoio e a luta de todos os setores democratas do país. E foi atendendo a este apelo que nos lançamos numa Campanha Nacional pela Libertação dos Presos Políticos de Itamaracá.

O Trabalho nº 147 – 14/4/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

O PT está chamado a organizar a luta

De crise em crise Bolsonaro segue seu curso bonapartista e o povo sofre

No partido comemoramos, não sem razão, cada pesquisa eleitoral registrando os altos índices de Lula. Afinal é a demonstração que por tudo e contudo, apesar de toda ofensiva montada contra o PT e Lula, não conseguiram levar a cabo seu intento.

Mas, o que fazer? Esperar 2022 para ver se as urnas confirmam as pesquisas, numa situação em que não se sabe, a continuar este governo, que eleições teremos, e se teremos?

O PT deveria concentrar-se em transformar as intenções de voto em Lula numa força organizada para lutar, já, pelas necessidades mais prementes do povo e pelo fim do governo.

Com a sucessão de crises que atinge o governo, agora focada na CPI da Covid no Senado, ele segue seu curso. E cada dia mais que tenha, além de aprofundar o sofrimento do povo é mais um dia para Bolsonaro ir consolidando-se como um governo bonapartista. É mais um dia para açular seus apoiadores, como o ataque de bolsonaristas a um militante petista em Recife (ver pag. 5) e a ofensiva em todo o país contra

vereadores do PT (ver abaixo).

A força do PT deve estar canalizada para construir já, e nas ruas, uma verdadeira oposição que ponha breque na tragédia nacional. Para isso reflexões devem ser feitas. Duas questões.

Primeiro, é alentador para o povo a recuperação dos direitos políticos de Lula e que ele possa voltar à cena como alternativa de governo e viajar pelo país. Daí o desespero da burguesia, envergonhada com a escória que pariu, para encontrar alguém que se revele capaz de continuar sua política. Afinal, para as classes dominantes segue valendo a motivação que ensejou o golpe: nem pensar na possibilidade de um governo do PT ao qual o povo oprimido possa exigir, e impor, seus anseios.

Por isso a questão se coloca: ajuda em que o roteiro observado na recente viagem de Lula a Brasília? De Kassab a Maia, são todos coautores do golpe de 2016 e patrocinadores da política contra a nação e o povo trabalhador de Temer e Bolsonaro. Não é por aí.

Deste mato só pode sair cobra criada que, na próxima oportunidade, dará de novo o bote. Não

sem antes deixar a digital de seus interesses contra os interesses do povo. Como por exemplo, impedir que sejam feitas as profundas reformas não realizadas nos 13 anos de governo do PT.

Segundo: para o quê a direção deveria estar chamando a militância petista a concentrar sua energia? Na organização da luta, ao lado do povo. Esta é a tarefa! Ações de solidariedade (ou caridade) contra a fome, como fazem movimentos, igrejas e associações, não podem substituir a tarefa central do partido. A campanha "PT Solidário", agora transformada em permanente, que convoca a militância a coletar e distribuir alimentos, não é propriamente o papel do partido. Aqui vale lembrar o velho provérbio chinês: "Dê um peixe a um homem faminto e você o alimentará por um dia. Ensine-o a pescar e ele se alimentará pelo resto da vida." No caso, o papel do nosso partido é ajudar a lutar. Um partido que nasceu do movimento que integrava a coleta de alimentos no ABC, como solidariedade às greves metalúrgicas, portanto como um reforço e organização da luta!

Balança mas não cai

A CPI do Senado confirma que um genocida está no comando do país, ela poderá comprovar todos seus atos criminosos, mas virá impeachment? A quase centena de pedidos engavetados sairão da gavetas pelas mesmas mãos que lucram com o engavetamento?

A farra com dinheiro público, como as emendas parlamentares e a revelação do orçamento secreto são fatos que abalam o governo, que balança, mas não cai. E por quê? Sem o povo em luta, não será por livre e espontânea vontade que estas instituições abrirão uma saída positiva para o país, que começa por nenhum dia a mais para este governo.

Ajudemos o povo a lutar para ter uma vida que o permita sobreviver não de doações que não eliminarão a fome, a não ser por um dia. Ajudemos o povo a lutar, não nos confundindo com seus algozes que deram o golpe e promovem a política do genocida.

Misa Boito

Vereadores do PT são vítimas de perseguição

Pelo país sofrem ameaças e processos de cassação por opinião política

Curitiba, PR: o vereador Renato Freitas, do PT é denunciado ao Conselho de Ética da Câmara Municipal por vereadores bolsonaristas e ameaçado de cassação. O motivo: oposição feita ao chamado "tratamento precoce" da Covid-19, com internamento de adolescentes dos bairros periféricos que inclui repasse de recursos públicos para comunidades "terapêuticas" religiosas e ter questionado a aprovação do regime de urgência para projeto do prefeito Rafael Greca (DEM) com multa a quem distribuir alimentos a moradores de rua.

Ribeirão Preto, SP: aberto processos de cassação da jovem Duda Hidalgo, vereadora do PT, por iniciativa de bolsonaristas por sua participação em atividade pela anulação dos processos contra Lula.

São Joaquim da Barra, SP: durante evento realizado nas dependências da Câmara Municipal da cidade, a primeira-dama (mulher do prefeito Shmidt, MDB) constrangeu de maneira agressiva e despolitizada a petista para impedi-la de participar de uma atividade parlamentar.

E há muitos outros casos pelo país

agora. Aqui, citamos três. São vereadores do PT que têm seus mandatos ameaçados por bolsonaristas e ou reacionários de outros partidos. Unem-se pelo país afora para atacar os mais elementares dos seus direitos conquistados pelo mandato.

Em nenhum caso ficaram se resposta.

Em Curitiba, O PT, juntamente com entidades sindicais e populares, entrou na briga para defender Renato, e seu mandato voltado para a periferia, movimento negro e a juventude, em um ato que reuniu várias organizações em defesa de seu mandato. Na ocasião, o DAP de Curitiba distribuiu panfleto, onde afirma: "vamos lutar para manter os mandatos populares que nos foram conferidos legitimamente pelos eleitores... é condição indispensável para pôr fim a esse governo genocida, que está levando o país a uma catástrofe sem precedentes, sem precedentes..."

Em Ribeirão Preto, a jovem vereadora do PT tem recebido amplo apoio. O PT emitiu nota de repúdio ao processo. O DAP de Ribeirão Preto também tem se movimentado para denunciar a aberração



Curitiba 10 de maio: Renato Freitas em ato em defesa de seu mandato

antidemocrática. O PT de São Paulo também está denunciando a absurda situação criada em São Joaquim da Barra.

Os ataques aos direitos democráticos mais elementares é a ponta do iceberg de uma situação dramática a qual está submetido o povo pelo

país afora.

Nada do que está ocorrendo diz respeito à uma ação isolada, ou arroubos autoritários de gente de direita em Câmaras Municipais. O pano de fundo é a situação criada em 2016 quando do golpe do impeachment da presidente legitimamente eleita. O Estado de Exceção ali iniciado, foi o início de uma escalada de ataques a direitos dos trabalhadores, que prossegue ao legitimizar fraude imposta nas eleições de 2018 ao retirar Lula das eleições e eleger Bolsonaro. Nada disso mudou. Ao contrário. Desde lá, os ataques só têm se acelerado.

Que diga o povo pobre, negro e da periferia. Que digam os obrigados a viver em áreas sob controle do tráfico e das milícias. Que digam os indígenas. Que digam os todos aqueles que sofrem 24 horas por dia com o desemprego, a fome, o desalento e o medo.

É preciso rechaçar todos e cada um dos ataques ao PT, o principal partido de oposição. E o melhor lugar para defender o PT, os direitos e as conquistas democráticas é nas ruas.

Laércio Barbosa



DAP CONVOCA 2ª PLENÁRIA NACIONAL

Será dia 3 de julho; vamos reunir centenas de militantes de todo o país

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, reunido dia 12 de maio, decidiu convocar para o dia 3 de julho, sábado, a 2ª Plenária Nacional do DAP, virtual.

Diante de uma crise a cada dia mais grave, o Comitê entendeu ser necessário aprofundar a discussão política e dar maior organicidade à atuação dos grupos de base do DAP.

A experiência do 1º de Maio, quando o DAP, em muitas cidades do país, foi às ruas, levantando as bandeiras da classe trabalhadora, pode e deve alavancar as reuniões dos grupos de base até a data da Plenária. O DAP cumpriu seu papel, em vários casos tomando a iniciativa de chamar o PT, a CUT e os sindicatos para os atos de rua de um 1º de Maio classista.

Além do agravamento da situação nacional (chacina de Jacarezinho, pandemia descontrolada, fome), o DAP também tem a responsabilidade de afirmar o caráter internacional da luta da classe trabalhadora. Assim, respondendo ao chamamento do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILLI, do qual é aderente, o DAP convida militantes, entidades e

movimentos a elaborar um rol de acusações ao sistema capitalista, responsável pela crise econômica, social e sanitária que atinge os trabalhadores e os povos de todo o mundo.

A Secretaria do Comitê Nacional deve elaborar em breve como será organizada a Plenária, assim como uma proposta de militantes a serem convidados.

JACAREZINHO! BASTA!

Diante daquilo que qualificou como “a maior chacina já registrada no Rio de Janeiro”, o Diálogo e Ação Petista do Rio divulgou, em 9 de maio, um manifesto contundente de repúdio. “Foram mortos inocentes numa ação de extermínio para aterrorizar a comunidade, como as vivenciadas nas favelas haitianas, nas guerras clássicas como as do Vietnã, dos Balcãs e Ruanda”, afirma o manifesto.

A chacina de pelo menos 29 pessoas provoca a indignação: “Apesar de suspensas em razão da pandemia e por determinação do STF, as operações policiais já mataram 423 pessoas até março deste ano. Ainda assim, a milícia, que aumenta seu território, e o tráfico seguem impunes, sem que seus negócios tenham

sido abalados. Terror é o método, sob aplauso de Bolsonaro”. O texto descreve: “Moradores ficaram acuados em suas residências e submetidos às ações violentas da força policial. Da lista de mandados, somente três foram detidas e outras três foram mortas”. O manifesto afirma que “se fortalece a política do ‘tiro na cabeça’ com Castro [Cláudio Castro, governador], o mesmo que privatiza a CEDAE e saúda Bolsonaro”.

Denunciando o sofrimento imposto ao povo trabalhador, “de maioria negra”, exigindo a apuração e punição dos responsáveis pela chacina, o manifesto afirma que “só o povo na rua” pode virar esta situação. E conclui: “Fora Cláudio Castro! Nem mais um dia de governo Bolsonaro!”

DAP-PE DENUNCIA AGRESSÃO DE BOLSONARISTAS A MILITANTE DO PT

Os atos de 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, ao mesmo tempo que trouxeram de volta às ruas os trabalhadores e jovens, embora de forma limitada e modesta (o DAP jogou nesse sentido um papel importante), também evidenciaram problemas políticos.

A Coordenação DAP de Pernambuco, em documento público, faz o balanço do 1º de Maio no Recife. Depois de afirmar que o dia “deveria ser um marco da retomada às ruas”, o documento constata: “Porém, o que vimos foram as principais ruas do Recife vazias, sem a presença da classe trabalhadora com seus sindicatos e partidos, e o pior, vimos a avenida de Boa Viagem ocupada pelo bolsonarismo”. Bolsonaristas que chegaram a espancar o companheiro

do PT, Lucimauro Oliveira, só por estar vestido com uma camiseta “Lula livre”. Enquanto isso, afirma o documento, “as direções da CUT e demais centrais sindicais (CTB, Intersindical, Força etc.) decidiram por um 1º de Maio virtual, ao lado dos inimigos de classe, Maia, Baleia, FHC etc., justificando essa unidade em nome da pretensa ‘união nacional’ contra o genocida Bolsonaro”.

Depois de afirmar que ou o povo vai para as ruas ou a situação só pode piorar, o texto conclui: “É responsabilidade de nosso partido e da CUT de organizar uma verdadeira oposição aos ataques que estamos sofrendo. O 1º de Maio foi um alerta, e não podemos deixar que isso se repita. O povo brasileiro não suporta nem mais um dia do governo Bolsonaro”.

O DAP NO 1º DE MAIO

O DAP teve um papel importante nas manifestações do 1º de Maio. Em defesa da independência da classe trabalhadora, de um 1º de Maio sem patrões e golpistas, o DAP chamou atos de rua. Em alguns casos, foi sozinho. Em outros, conseguiu com que o PT, CUT sindicatos e outras forças participassem. Foi a nossa modesta contribuição ao Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora.



MACEIÓ-AL
Um dos maiores atos do 1º de Maio, mais de 200 militantes ocuparam as ruas. O DAP participou com destaque.



NA USIMINAS
Militantes do DAP vão ao encontro dos trabalhadores da Usiminas, no Dia Internacional de Luta da Classe.



NA OCUPAÇÃO
Os participantes da Ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria (São Paulo), marcam presença no 1º de Maio.

CONTRA A FOME, EXIGÊNCIA DE CESTA BÁSICA

O DAP de Campo Limpo (São Paulo) realizou no dia 3 de maio um ato em frente à subprefeitura, exigindo a distribuição de cestas básicas e auxílio gás para a população. Os participantes reivindicaram também que a Prefeitura faça gestões junto ao governo do Estado para suspender o pagamento das contas de luz e de água.

Mais de 20 militantes estavam presentes, representando associações e movimentos sociais. Recebida pela



O DAP na manifestação: a fome não espera.

subprefeita, a comissão disse que “a fome não espera” e que o prefeito Bruno Covas tem em caixa R\$ 5 bilhões e pode comprar cestas básicas para a população.

Que lições tirar do 1º de Maio de 2021?

Centrais em “live” com inimigos da classe, bolsonaristas provocando...

O Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora de 2021 foi marcado, em todo o mundo, por manifestações públicas da classe trabalhadora, atacada em suas condições de vida, emprego e salário, pela crise aguda do sistema capitalista mundial, acelerada pela pandemia da Covid-19.

Desde a França, onde mais de 200 mil manifestantes saíram às ruas das principais cidades do país contra o “estado de emergência sanitária” do governo Macron, o qual acoberta ataques a direitos e conquistas obtidos pela luta de nossa classe. Passando pela distante Mianmar (Birmânia), onde as massas resistem há meses a um golpe militar. Até a vizinha Colômbia, onde o 1º de Maio registrou o transbordamento da paralisação nacional convocada em 28 de abril por centrais sindicais, tornando-se uma rebelião popular contra o governo (ver página 12).

Mas, no Brasil, a CUT e outras centrais sindicais, fizeram um “1º de Maio virtual”, com a presença de

FHC, Baleia Rossi (MDB), representantes de partidos que votam medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, enfim, com “penetras” que não têm nada a ver com a luta da classe trabalhadora.

De fraquíssima audiência, o “ato virtual” teve falas que evitaram o “Fora Bolsonaro”, como as de Patah da UGT e Miguel Torres da Força Sindical, e pouca ou nenhuma referência à luta contra as privatizações e a reforma administrativa (ver página 8) por parte dos dirigentes sindicais e seus “convidados”.

Enquanto isso, numa verdadeira provocação, outros “penetras” no dia de luta da nossa classe, os bolsonaristas, faziam carreatas e atos de apoio ao genocida em várias capitais.

Felizmente, algumas CUTs estaduais impulsionaram atividades de rua no 1º de Maio, como em Maceió, Salvador, Porto Alegre, São Paulo, Florianópolis e outras capitais. No Recife, um manifestante com a camiseta “Lula Livre” foi brutalmente agredido por bolsonaristas.

Em Campo Grande (MS), a carreata bolsonarista “cercou” a carreata da CUT. São signos da polarização social e política que marca o cenário nacional, sobre o pano de fundo de um colapso não só sanitário, mas econômico, político e social.

Retomar as ruas para por um fim ao genocida

Em todos os atos de rua puxados por CUTs estaduais e movimentos populares, os manifestantes adotaram os cuidados necessários – máscara, álcool gel e distância – diante da pandemia.

Não foram milhares, mas centenas que saíram às ruas em cada uma dessas cidades, “salvando a honra” da data magna da classe trabalhadora. Pois foram atos feitos num terreno independente dos patrões e seus políticos e com as reivindicações urgentes do povo trabalhador, todas e cada uma delas incompatíveis com a existência do governo Bolsonaro.

A simples existência desses atos de rua no 1º de Maio é um desmentido

cabal às falas de dirigentes sindicais e partidários de que não há nada a fazer a não ser “ficar em casa e esperar as eleições de outubro de 2022” para tirar Bolsonaro do poder.

Não, a luta é agora, como mostra o povo da Colômbia que, sofrendo uma situação idêntica a do povo brasileiro com a pandemia, se levantou contra o governo direitista de Iván Duque.

A CUT, ao invés de subordinar-se ao consenso rebaixado com a UGT e Força Sindical no “fórum das centrais”, está chamada a retomar o seu protagonismo na luta de classes.

É preciso romper com o paralisante “fique em casa” e adotar atitudes ousadas de mobilização contra Bolsonaro e seus aliados de dentro e fora do Congresso Nacional. A CUT precisa voltar a ser um ponto de apoio para a mais ampla mobilização dos trabalhadores e do povo por nem um dia a mais para esse governo genocida!

Julio Turra

Ato de 1º de Maio no centro de São Paulo

DAP esteve presente ao lado de sindicalistas e movimentos populares



Faixa aberta no ato de 1º de Maio no centro da capital paulista

O ato de 1º Maio no centro de São Paulo iniciou-se diante da Prefeitura, marcado por discursos de lideranças sindicais, políticas e de movimentos populares pelo fim do governo Bolsonaro e contra os governos Dória e Bruno Covas (PSDB) que abrem e fecham os serviços sem adotar as medidas necessárias para preservar a saúde da população.

Pirulitos e cartazes do Diálogo e Ação Petista (DAP) traziam reivindicações: Vacina para todos pelo SUS, Testagem em massa, Auxílio Emergencial de 600 reais, Despejo Zero, Não à privatização da Caixa e BB, Tabela de Preços dos Alimentos e Fim do Governo Bolsonaro.

Eles se misturavam às bandeiras e faixas dos sindicatos de servidores

municipais, saúde, judiciário e bancários, além das de partidos (PT, PSol e PCO), entidades estudantis e da juventude (UEE e UJS) e da Associação de Ambulantes.

Uma grande faixa, pendurada no Viaduto do Chá (ao lado da Prefeitura) estampava: “Bolsonaro Genocida”. Muitos carros buzinaaram em apoio às palavras de ordem gritadas pelos manifestantes.

Em seguida uma passeata juntou-se ao ato Despejo Zero do Movimento de Moradia.

No percurso, até o Largo do Paissandu, ecoou o grito de “Fora Bolsonaro genocida”. Em frente ao Edifício Hilton Paes, que desmoronou há 2 anos, com a presença de familiares que ainda estão desalojados, deu-se

início à segunda parte do Ato.

Lideranças de movimentos de moradia e das ocupações do centro tomaram a palavra para saudar o 1º de Maio de luta e reafirmar o direito à moradia, reivindicando as políticas sociais desmontadas por Bolsonaro, Dória e Bruno Covas. As atividades do 1º de Maio no centro paulistano reuniram mais de 200 manifestantes.

Markus Sokol, da executiva nacional do PT, falou no ato final em

nome do DAP, recordando os mártires de Chicago que fizeram do 1º de Maio o dia internacional de luta da classe trabalhadora, saudando também a reconquista dos direitos políticos de Lula e exigindo a liberdade de Ricardo Pilha, preso no DF por denunciar Bolsonaro como genocida. “Estamos voltando às ruas num 1º de Maio, é difícil, mas estamos voltando” concluiu.

Francisco Mariano



SÃO PAULO

DÓRIA QUER DESPEJAR METROVIÁRIOS
O governo Dória (PSDB) emitiu aviso ao Sindicato dos Metroviários de São Paulo de que o mesmo deve desocupar a sua sede, caso consiga vender o terreno na zona leste da capital. A licitação já foi publicada, com abertura dos envelopes marcada para 28/5. O sindicato está desde 1986 no local, cuja concessão veio sendo renovada por todos governadores desde então. Os metroviários denunciam pressão política, num momento em que estão em campanha salarial. Dirigentes informaram que não há qualquer diálogo sobre esse despejo. O deputado estadual Emídio de Souza (PT) afirmou que a atitude de Dória é uma represália ao sindicato e encaminhou requerimento de informação ao governador para cobrar esclarecimentos.

Juntos em defesa dos serviços públicos!

Guedes recebe apoio de deputados engraxados pelo “Bolsolão”

Com o lema "A reforma administrativa faz mal ao Brasil", cinco entidades cutistas que representam servidores públicos convocam para 27 de maio o lançamento de uma campanha comum para derrotar a PEC 32.

A iniciativa é das confederações dos municipais (Confetam), federais (Condsef), trabalhadores em educação (CNTE), saúde (CNTSS) e federação dos estaduais (Fenasepe).

Um manifesto será dirigido aos deputados e as entidades sindicais querem impulsionar a mais ampla mobilização dos servidores dos três níveis e do conjunto da população para pressionar o congresso a rejeitar a reforma de Guedes/Bolsonaro que desmancha os serviços públicos em meio à pandemia.

Motivos para o povo ser contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32 foram dados pelo próprio

ministro Paulo Guedes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, em depoimento em 11 de maio.

Guedes mentiu muito – ao dizer que a reforma não afeta os atuais servidores, por exemplo – mas deixou claro que seu objetivo é dismantlar os serviços públicos essenciais, como saúde e educação, deixando o povo na mão do mercado privado com a distribuição de "vouchers".

Outros serviços também fundamentais, como fiscalização sanitária, ambiental e do trabalho, podem, segundo ele, ser "digitalizados", razão pela qual não autorizou praticamente nenhum concurso público – que seriam necessários – desde que assumiu a pasta da Economia.

Estado “máximo” para os ricos, “mínimo” para o povo

Para Guedes, a ação do Estado

deve ser reduzida ao mínimo para manter funcionando os mecanismos que garantem a exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais brasileiros: exército, parlamento, judiciário, procuradoria, órgãos de arrecadação de impostos. É o "estado máximo" para a burguesia e o "estado mínimo" para o povo trabalhador.

Em meio ao discurso de "acabar com privilégios" Guedes editou dias antes, em 7 de maio, uma portaria que permite a Bolsonaro e aos militares aposentados, com cargos em seu governo, acumularem vencimentos, furando o teto constitucional de 39 mil reais. Com isso, o vice Mourão, por exemplo, passa a ganhar cerca de R\$ 70 mil por mês.

O ministro fugiu de perguntas de parlamentares. Eles questionaram: se é para "economizar e modernizar" por que ele não recomendou o

veto ao item do orçamento que dá 3 bilhões de reais às emendas parlamentares secretas – o chamado “Bolsolão”?

A resposta veio de forma indireta. Mal acabada a fala do ministro, o deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou na CCJ o seu relatório favorável à constitucionalidade da reforma, apenas retirando um item que daria ao presidente da República o poder de extinguir universidades, fundações e outros órgãos públicos.

Os governistas do “centrão”, comandados por Arthur Lira, querem acelerar brutalmente a tramitação da PEC 32.

A mobilização para barrá-la é mais que urgente e diz respeito não só às entidades dos servidores, mas ao conjunto do movimento sindical e popular. Vamos à luta!

Edison Cardoni

Greve da educação continua em Florianópolis

A luta vai às ruas por condições seguras para a volta às aulas presenciais



Professores fazem passeata exigindo do prefeito a abertura de negociação

Em greve há 50 dias, os trabalhadores do ensino municipal da capital catarinense seguem em luta exigindo condições sanitárias seguras para reabrir as escolas.

O prefeito Gean Loureiro (DEM) apostou na ilegalidade da greve com respaldo do poder judiciário. Mas sua aposta naufragou quando o Tribunal de Justiça considerou a greve legal. Desde então, a intransigência em não negociar com a categoria em greve é a tônica da prefeitura, que se recusou a abrir uma mesa de negociação durante todo esse tempo.

No início de maio, após uma audiência mediada pelo Ministério Público do estado, a prefeitura chegou a assinar uma proposta, mas

na calada da noite anterior a uma assembléia da categoria que iria avaliá-la, o prefeito enviou um ofício retirando a proposta.

A greve segue com forte apoio da comunidade escolar, com 80% dos conselhos da rede municipal manifestando o seu apoio à mesma. A categoria faz atividades nos bairros junto à comunidade para explicar a pauta da greve. Atos nas ruas, com segurança sanitária, são realizados e recebem apoio do povo.

Discurso falso do prefeito

O discurso que o retorno é seguro nas condições apresentadas pelo prefeito é falso. Nas poucas unidades escolares em funcionamento

ocorreram surtos de contaminação, com perda da vida de trabalhadores.

Na rede estadual e privada a realidade não é diferente. Um questionário feito pelo sindicato dos professores da rede privada da Grande Florianópolis, mostrou que 88,4% dos entrevistados não se sentem seguros para ministrar aulas presenciais, com 95% afirmando conhecer algum colega que contraiu a Covid-19.

Nas cerca de 360 unidades de educação da capital - federais, estaduais, municipais e privadas - cerca de 50% tiveram suspensão total ou parcial das aulas presenciais por conta de contaminações, segundo dados da própria prefeitura.

A categoria exige um retorno às aulas presenciais com condições de segurança que incluem: controle da pandemia, com taxa de contaminação comunitária abaixo de 1,0 e próxima de 0,5; vacinação e testagem da comunidade escolar; EPIs seguros para todos (incluindo os terceirizados); estrutura física adequada, com revisão e atualização dos Planos de Contingência; contratação de novos profissionais e convocação dos já aprovados em concurso público. A greve continua exigindo que o prefeito atenda a pauta acima, e precisa do apoio solidário do conjunto do movimento sindical no estado e nacionalmente.

Renê Munaro

JOINVILLE (SC) LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O desespero do prefeito Adriano Silva (Novo) e vereadores de sua base continua. Eles não conseguiram nem responder aos questionamentos feitos por servidores na audiência pública de 11 de abril na Câmara municipal de Joinville.

Jane Becker, presidente do Sinsej (sindicato dos municipais), disse na tribuna da Câmara: “É com pesar que participamos dessa audiência pública, que para ser de verdade precisaria, no mínimo, acontecer com público”. Do lado de fora, mais de 200 servidores impedidos de entrar, acompanhavam a audiência num telão montado pelo sindicato, além dos que a seguiram pelas redes sociais.

Após a audiência, Jane convocou a categoria a seguir na luta, chamando a atenção para reuniões paralelas chamadas pelo prefeito com o objetivo de enganar os servidores: “Não vamos cair em armadilhas e mentiras de governo privatista que quer acabar com nossa aposentadoria”.

A ampla mobilização contra a reforma da previdência pretendida pelo prefeito do Novo continua, tendo no centro a exigência da retirada dos três projetos apresentados à Câmara e ampliando o diálogo com os servidores e a população de Joinville.

Nova LSN, que pressa é esta?

Novo projeto abre a porta para perseguição aos movimentos sociais

Apenas duas semanas depois de estabelecer o regime de urgência, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da lei prevendo punição para quem atentar contra o “Estado democrático de Direito”. É a nova Lei de Segurança Nacional, ora em vias de revogação, mas cujo espírito paira sobre a sucessora.

Desde 1935, o país vive ininterruptamente sob diferentes LSNs: a de 1935 (governo Getúlio Vargas, anterior ao Estado Novo), a de 1953 (novo governo Vargas) e as de 1967, 1969 e 1983, todas na ditadura militar. A última passou incólume pela Constituinte de 1987-88 e é a que vige atualmente, tendo sido empregada 77 vezes nos dois anos do governo Bolsonaro (mas os governos do PT também a utilizaram).

Com base em projeto de lei apresentado no final de 2002 por Miguel Reale Jr. (então ministro da Justiça do governo FHC), o texto aprovado é o substitutivo da deputada e



relatora Margarete Coelho (PP-PI). Teve apoio da esmagadora maioria dos deputados, inclusive as bancadas do PT e do PCdoB. Votaram contra apenas os bolsonaristas e o PSOL, por motivos diferentes, registre-se.

É como dar sobrevida à lei da ditadura

Mas... o que é esta nova lei? Estes dispositivos “podem levar à criminalização, sim, de movimentos sociais”, afirmou a líder do PSOL na Câmara, Talíria Petrone (RJ).

Este é o nó da questão. Os crimes

tipificados na nova lei são atentado à soberania, atentado à integridade nacional, espionagem, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, interrupção do processo eleitoral,

comunicação enganosa em massa, violência política, sabotagem e atentado a direito de manifestação. Em alguns casos, é uma sensível piora: o “crime de honra” contra o Presidente da República é estendido aos presidentes da Câmara, do Senado e do STF.

A redação propositadamente vaga permite todas as interpretações. Quem vai preencher as lacunas é a relação de forças. Os deputados do PT e do PCdoB acabaram dando um cheque em branco a essas instituições

(Congresso, STF), que já provaram à sociedade de que lado estão. E não é o da classe trabalhadora.

O que é atentado à soberania? Nada salta mais aos olhos que a ação criminosa do juiz Sérgio Moro e da operação Lava Jato de, em conluio com o Departamento de Justiça dos EUA, promoverem uma verdadeira devastação no parque industrial brasileiro. Mas alguém acredita que essas instituições teriam esse entendimento? Ou considerariam como crime o golpe de impeachment da presidente Dilma em 2016?

As portas estão abertas, no entanto, para manter (ou até intensificar) a perseguição e repressão aos movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos.

A revogação da LSN era uma bandeira democrática histórica. Da forma como está se dando, é como se a velha LSN do regime militar sobrevivesse a si mesma.

Roberto Salomão

Orçamento genocida corta verbas sociais

Perdem saúde, pesquisa, educação... ganham os deputados do centrão

No Orçamento de 2021 sancionado por Bolsonaro (com cinco meses de atraso), as verbas emergenciais ao combate à Covid em 2021 representam apenas 14% daquelas do ano passado (veja ilustração).

(LRF), que faz os governos terem metas anuais de resultado primário (receita menos despesa – destinada a pagar juros) e impede novos gastos sociais sem aumento de arrecadação; permitindo contudo, novos gastos

frequentemente à beira de “crime de responsabilidade”. Pior, tais regras forçam queda nos gastos sociais enquanto o país e sua população crescem. E na crise, o povo demanda mais serviços públicos: seguro desemprego, renda emergencial, mais escolas e hospitais públicos aos milhões que não mais conseguem pagar mensalidades e planos de saúde etc. Mas como a recessão reduz a arrecadação, tais regras forçam cortes mais severos nos serviços.

Guedes usou essa desculpa para cortar os gastos emergenciais. Claro que se quisesse, Bolsonaro poderia, com um simples decreto presidencial no final de 2020, prorrogar todos os programas aprovados no Congresso no ano passado – pois a própria LRF permite suspender tais regras em situação de “calamidade”. Mas não só não o fez, como cortou os programas emergenciais, verbas ao SUS e à renda/salários a milhões de necessitados.

Para os parlamentares do centrão jorra verba

Bolsonaro só não cortou verbas aos parlamentares aliados. A eles, liberou R\$ 32 bilhões em emendas parlamentares; aumentando particularmente as “emendas do relator”, que não têm destinação certa, controle ou transparência – fisiologismo puro!. Para isso, sancionou a Lei 14.143,

que abriu espaço para driblar o teto de gastos em R\$ 125 bilhões, permitindo ao Executivo desobrigar-se de indicar de onde tiraria dinheiro para cobrir algumas das despesas discricionárias. A lambança não parou aí. Mais recentemente veio à tona do tal orçamento secreto de \$3bilhões!

É verdade que foram incluídos pelo Congresso (com a atuação do Senador Rogério Carvalho, do PT), que acabou sendo a boia de salvação do impasse que até então estava a discussão do orçamento, de R\$ 50 bilhões na parte fora do teto para manter alguma merreca de programas emergenciais, incluindo uma renda emergencial muito reduzida, o Apoio às Microempresas (Pro-nampe) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – que permite reduzir ou suspender salários (algo que, aliás, não é do interesse dos trabalhadores). No mais, Bolsonaro vetou transferência de recursos a municípios e, ao final, Educação, Cultura e C&T perderam um terço de verbas discricionárias em relação ao ano passado. Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário perderam 77%. A verba a investimentos e manutenção das Universidades Federais, por exemplo, voltou ao patamar de 2004 (quando tinham metade dos alunos atuais).

Alberto Handfas e Marcelo Carlini

Gastos (previstos) com COVID-19 - R\$ bilhões

	2020	2021
Auxílio emergencial pessoas em situação de vulnerabilidade	322	44.86
Ampliação do programa Bolsa Família	0.37	0
Benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda	51.55	11.67
Auxílio financeiro aos estados, municípios e DF	79.19	0
Concessão de financiamento para pagamento de folha salarial	6.81	0
Transf. Desenvolvimento energético, financ. Infr. Turística	5.9	1.92
Cotas dos fundos garantidores de operações e de crédito e progr. acesso crédito	68.9	0
Despesas adicionais do Ministério da saúde e demais ministérios e aquisição de vacinas	70.84	42.35
TOTAL	605.56	100.8

Fonte: Tesouro Transparente

O pano de fundo aos cortes genocidas são as travas impostas pelas regras fiscais que têm se tornado cada vez mais draconianas. Tudo para garantir que a arrecadação de impostos seja mais e mais destinada ao pagamento de juros da dívida.

A própria constituição já estabelece, na “regra de ouro”, que o estado não pode endividar-se para realizar gastos. Nos anos 1990, FHC foi além e, com a DRU (Desvinculação de Receitas da União), desvinculou obrigação constitucional de certas receitas à gastos sociais para garantir pagamento juros. Em 2000, ele aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal

apenas com juros, óbvio.

Para o povo, cortes e mais cortes

Depois do golpe de 2016, Temer aprovou, com apoio de Bolsonaro, a Emenda Constitucional (EC) - 95 que congelou verbas de Saúde e Educação por 20 anos. E em março de 2021, o atual governo fez aprovar a EC-109 que institui mais cortes, incluindo a folha de pagamento, caso gatilhos sejam disparados (gastos ultrapassarem 85% das receitas correntes, por exemplo).

Isso tudo engessa qualquer ação social de um governo (federal, estadual ou municipal), mantendo-o

Chamado para construir um rol de acusações ao capitalismo

“Uma contribuição à luta para acabar com a opressão e exploração”

Um verdadeiro tsunami atinge todo o planeta. A “gestão” da pandemia pelo capital provoca uma catástrofe em escala mundial, golpeando violentamente todas as populações. Esta pandemia constitui uma formidável oportunidade para os multimilionários aumentarem ao máximo as suas fortunas.

Essa situação inédita pela sua amplitude é dramática, destacando a responsabilidade criminosa do capital e dos governos a seu serviço, bem como a da ONU, do FMI, da OMS, na destruição de todas as conquistas sociais e da civilização. É particularmente o caso na saúde, com a política de destruição de hospitais, mas também pela submissão da pesquisa científica às exigências de lucro dos trustes farmacêuticos.

Nos países da África, da América Latina e da Ásia, a política da dívida e pilhagem pelos grandes trustes contribuiu para a destruição dos serviços de saúde, mesmo que limitados (...)

O capital é responsável pela catástrofe

Nas velhas potências imperialistas, como na Europa, a corrida pelo lucro e pela rentabilidade, em nome

da redução das despesas públicas, já havia golpeado serviços eficazes existentes: na França, em trinta anos, 135 mil leitos hospitalares foram suprimidos e na Alemanha 600 hospitais foram liquidados (...) O capital é o responsável pela terrível catástrofe atual, que se soma à pilhagem destruidora das nações, às guerras e à fome que provoca anualmente nove milhões de mortes, quando para ela existe vacina: o alimento. Existem, também, dezenas de milhões de seres humanos, em todos os continentes, chamados de “migrantes”, que fogem de guerras, da miséria e da fome.

Nesta situação, o capital e os governos a seu serviço, utilizam a pandemia para tentar provocar uma mudança fundamental na sociedade. A golpes de campanhas de terror, de leis liberticidas, eles tentam levar a cabo tudo o que antes não conseguiram devido à resistência dos trabalhadores e povos (...).

Para fazê-lo, em escala mundial e sob formas as mais diversas (estado de urgência sanitária, estado de exceção, toques de recolher combinados com o boicote “negacionista”

das medidas sanitárias), aplicam – ou ameaçam aplicar – medidas que atacam as liberdades com o objetivo comum de impor a sua política destrutiva, buscando amordaçar os povos para prevenir mobilizações revolucionárias que eles pressentem, como ocorreu na Argélia, Chile, Líbano, Paraguai etc.

Preservar a independência de classe

Ao redor das grandes instituições internacionais e junto a numerosos governos, grandes manobras começaram, visando dividir os trabalhadores e povos e desviá-los de seus próprios objetivos.

É preciso dizer que as cúpulas “oficiais” do movimento operário, na maioria dos casos, apóiam ou acompanham essas políticas, provocando no seio das organizações a resistência de militantes e dirigentes sindicais, pois a política dos dirigentes coloca em perigo a própria existência dos sindicatos.

Para além das origens e pontos de vista diferentes, todos e todas que participam da atividade do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio se encontram na necessidade de

preservar a independência de classe e, portanto, de recusar toda “união sagrada” aberta ou camuflada, toda “concertação” com os exploradores.

É por isso que chamamos a todos e todas que levantemos em conjunto um rol de acusações ao capital. Convidamos a que nos enviem contribuições sobre a situação em cada país e sobre os combates que são travados, para que possamos dar um alcance mundial essas acusações ao capital.

Ao elaborar em comum esse rol de acusações ao sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, nós temos a consciência de estarmos contribuindo em comum para a luta para acabar com a opressão e a exploração.

Os coordenadores do AcIT (Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos):

Luisa Hanoune, secretária do Partido dos Trabalhadores da Argélia
Dominique Canut, pelo secretariado nacional do Partido Operário Independente da França
19 de abril de 2021
(Intertítulos da redação de O Trabalho, íntegra em www.otrabalho.org.br)

Mais uma vez, o povo palestino está sob o fogo da repressão

Comunicado do Acordo Internacional dos Trabalhadores

Os enfrentamentos aumentam com uma repressão feroz por parte da polícia israelense. O Estado de Israel busca desviar a atenção bombardeando mais uma vez a Faixa de Gaza, matando dezenas e ferindo centenas.

A noite de 10 de maio foi marcada por dezenas de manifestações, de insurreições em várias cidades e vilas da Galiléia (Al Jalil). A cidade de Haifa foi esquadrihada pela polícia. Um manifestante foi morto pela polícia israelense em Lod, perto de Tel Aviv. Na Cisjordânia, as manifestações de apoio em Jenin e Ramallah foram reprimidas pela Autoridade Palestina.

Netanyahu decidiu evacuar os militares da esplanada das Mesquitas de Jerusalém e as celebrações anuais israelenses da ocupação (“reunificação” para os sionistas) de Jerusalém em 1967 foram canceladas. Os chebabs (jovens) veem tudo isso como

uma vitória de sua mobilização.

Isso acontece alguns dias (15 de maio) antes da comemoração da Nakba (“a catástrofe”) de 1948.

De fato, há mais de três meses, as populações palestinas, que vivem dentro das fronteiras de 1948 (Estado de Israel), vêm se manifestando. Esta intifada de Jerusalém é a expressão da resistência das famílias, da população às ameaças de despejo que atendem às demandas dos colonos, que consideram ter um direito eterno de propriedade sobre as casas da localidade de Sheik Jarrah!

Para os palestinos, essa nova tentativa de “limpeza étnica” faz parte da aceleração da política de apartheid perseguida pelo sionismo, na continuidade do ocorrido em 1948. Em resposta a essas novas provocações, manifestações massivas contra as expulsões, contra as transferências, pelo direito de circular estão ocorrendo em toda a Palestina, inclusive

dentro do Estado de Israel, com a adesão de muitos cidadãos judeus.

As manifestações são reprimidas com violência, mas a mobilização não recua. A polícia israelense usa balas de borracha, gases tóxicos, canhões de água podre, granadas de choque. Sexta e sábado, a revolta foi massiva. Enquanto os líderes da Autoridade Palestina, aliás totalmente desacreditados, odiados e rechaçados pelos manifestantes, não estão autorizados a intervir em Jerusalém, o Departamento de Estado dos EUA acaba de apelar “à Palestina e Israel para diminuir a escalada”. Como se as responsabilidades fossem compartilhadas! E os Estados Unidos usaram seu poder de veto no Conselho de Segurança, impedindo a condenação, mesmo que formal, dos ataques criminosos de Israel.



Jerusalém, 10 de maio: repressão da polícia israelense contra palestinos

Conclamamos todas as organizações operárias e democráticas a apoiar a luta legítima do povo palestino, a denunciar a violenta repressão ao Estado de Israel.

Tirem as mãos do povo palestino!
11 de maio, 2021

Biden também quer suspender as patentes de vacinas

Ninguém pode ser contra, mas resolve?

Uma série Netflix hollywoodiana com final feliz: Washinton vai salvar a humanidade...

Primeiro, se impôs a ideia de que a vacina é a única salvação da pandemia, após um ano em que os governos capitalistas negligenciaram (ou sabotaram) as medidas sanitárias necessárias (leitos e contratações, testagem, máscaras, oxigênio, ajudas para o isolamento etc.). Depois, cientistas e ONGs apontaram na “quebra de patentes” o milagre da multiplicação das vacinas. Então, a OMC (Organização Mundial do Comércio) preocupada com as “revoltas” resolveu dar um empurrãozinho para uma dita “3ª via” no quadro da OMS (Organização Mundial da Saúde). Em seguida, manifestos de líderes progressistas no mesmo sentido denunciaram os lucros da Big Pharma e apelaram aos chefes de Estado declarando “vacina bem comum da humanidade”, como se a realidade da propriedade privada

e do mercado imperialista evaporassem. Depois, líderes e ex-líderes de governo apelaram diretamente a Biden. Por fim, em 5 de maio a representante comercial do governo dos EUA anunciou: Biden é a favor da suspensão temporária das patentes (dita “quebra”).

Deu manchetes, um “golpe de mestre de Biden”, “os EUA voltam ao comando”, urrah!

Houve um certo muxôo dos porta-vozes da Big Pharma, mas predominou a exclamação exultante da direita “civilizada” e da esquerda “informada”. Rapidamente os governos recalcitrantes se alinharam. Até o negacionista Bolsonaro, após seis meses se opondo na OMC, no dia 9 tirou nota conjunta do Itamaraty com os ministros da Economia, Saúde e Ciência em que “saúda” o anúncio de Biden.

Agora é que são elas

A motivação de Biden nem é

obscura. A carta dos deputados Democratas pela “quebra” já dizia que “para cada dólar investido para tornar as vacinas acessíveis aos países pobres, os países ricos receberão 4,8 dólares de retorno do investimento. Não é só obrigação moral, é eficaz economicamente”. Então, há o pânico das turbulências sociais, inclusive nos EUA, e há o business.

Agora saberemos o que é concessão dos capitalistas – dão anéis para salvar os dedos – e o que é manobra de alto nível (Biden ganhou carinho-extra de muitas lideranças, sua política econômica é um modelo etc.).

A União Européia topa suspender, mas lembra que isso “não aumentará a oferta de vacinas nos próximos meses, talvez nem no ano que vem”. Por isso, retrucam, “os EUA devem levantar a atual proibição de exportação de vacinas”, o que lhes permite no curto prazo manipular os países pobres ou ‘emergentes’ com ofertas de preço ou doação de sobras. Os

EUA não responderam.

A “quebra” não tem efeito imediato pois não expropria nada – e se deveria expropriar a Big Pharma!

A negociação na OMC toma meses, mesmo um país como o Brasil, que mal-e-mal já produz duas vacinas sob licença paga - inglesa (Astrazeneca) e chinesa (Sinovac) embora carente de importar insumos, - teria muitas dificuldades. Não há como multiplicar a produção mesmo baixado o custo da licença, toma meses adaptar a legislação e, principalmente, para transferir a tecnologia que não se dispõe, mesmo para vacinas tradicionais (as da nova tecnologia da Pfizer ou Moderna nem pensar).

Tudo isso, claro, se e depois que o genocida Bolsonaro largar mão da sabotagem sanitária. Por isso, o caminho mais curto para salvar vidas é acabar com o este governo, quanto antes melhor!

Markus Sokol

“O sistema de saúde da Índia entrou em colapso”

Sindicalista, trabalhador da saúde, fala sobre a terrível situação no país

Na Índia, o sistema público de saúde é considerado gratuito. Com um investimento público inferior a 4% do PIB a cada ano, os sucessivos governos aprofundaram o descaso que impera neste setor. Este é, assim, entregue a prestadores privados que fazem de certas regiões da Índia destinos de saúde para turistas ricos.

A privatização da saúde

Como nos escreveu Surya Prakash, presidente do Sindicato dos Funcionários do Saneamento Hospitalar e dos Enfermeiros - AICCTU (Nova Déli), com essa segunda onda e as políticas de Narendra Modi, “o sistema de saúde indiano entrou em colapso”.

A partir de 1960, a concorrência dos setores público e privado foi introduzida, e depois incentivada na década de 1970 pela abertura de clínicas privadas por médicos NRI (indianos não residentes). Em 1982, o governo “reconhece não só a importância do setor privado na prestação de cuidados de saúde, mas sobretudo a importância do apoio do poder público ao desenvolvimento do setor privado. Hoje, existem 0,5 leitos para cada mil habitantes no

país”.

Em abril de 2018, Modi anunciou o programa Aayushman Bharat, para cobrir cerca de quinhentos milhões de pessoas. Isso custa cerca de 1,7 bilhão de dólares por ano, principalmente para provedores privados.

Esta privatização não permite o estabelecimento de uma verdadeira política de saúde pública. A cada ano, são 600 mil mortes por doenças respiratórias, das quais 420 mil por tuberculose; uma mortalidade infantil de quarenta e três por mil; um altíssimo índice de mortalidade, triplicado, entre os trabalhadores mais pobres, para os quais o menor ferimento pode ser fatal.

Quem é responsável?

Este sistema hospitalar em crise não consegue responder à Covid.

E com a mesma arrogância, como em muitos países, o governo produz uma “comunicação” infantilizante e fora da realidade. Assim, o Ministro da Saúde ousou declarar: “Não há arma maior do que usar uma máscara, lavar as mãos regularmente com sabão e manter distanciamento social.” Uma máscara? O preço das máscaras quadruplicou em um ano. Lavar as mãos? 75% da população

não tem acesso a água potável. Distanciamento social? A densidade populacional no estado de Déli ultrapassa 4.000 habitantes por km².

Modi e os capitalistas são responsáveis

Texto da AICCTU, publicado por ocasião do dia 1º de maio diz: “O país inteiro parece um cemitério. As pessoas morrem por falta de oxigênio, remédios e leitos hospitalares. Não pode mais ser chamada de morte Covid, pois as pessoas estão morrendo devido à incapacidade do governo de Modi de se preparar para a segunda onda. Não é outro senão o governo Modi o responsável pelas mortes cruéis e desumanas. Mas o governo Modi está pisando sobre os cadáveres para garantir lucros gananciosos para as corporações gigantes. A vacina é exportada à custa da vida dos indianos. As empresas são autorizadas a aumentar os preços das vacinas em meio ao empilhamento de cadáveres. É responsabilidade do governo fornecer vacinas gratuitas a todos, mas o povo está sendo empurrado para o altar dos lucros das corporações. As mortes incontáveis, a pobreza e



a fome sempre crescentes, a perda de salários e empregos tornaram-se a regra”.

Governo acelera a barbárie

O governo é normalmente obrigado a fornecer oxigênio aos hospitais públicos. Mas, diante da sua omissão, um verdadeiro mercado negro está se desenvolvendo.

Como lembra Surya Prakash, é a classe trabalhadora indiana que está morrendo: “Alguns trabalhadores migrantes estão voltando para suas cidades natais. Não há trabalho ou salário ... Outros nem conseguem mais regressar às suas aldeias ... Todos sofrem com a fome e a pobreza”.

Extrato de artigo publicado no jornal francês *Infotations Ouvrières* (Informações Operárias)

O povo da Colômbia se levanta

Desde 28 de abril, a revolta contra o governo de Iván Duque não para e mostra o caminho

Hoje é na Colômbia que se expressa o ponto mais avançado da resistência dos povos da América Latina aos governos que, a serviço do imperialismo e do capital, exploram a pandemia para intensificar ataques à classe trabalhadora e ao povo oprimido.

O país é sacudido há mais de 15 dias por uma mobilização profunda das massas que enfrenta dura repressão policial-militar do governo direitista de Iván Duque – homem do “uribismo” (de Álvaro Uribe, ex-presidente e mentor do atual) – que continuou a política de seus antecessores transformando a Colômbia numa base de operações do imperialismo dos EUA, seja para agredir a vizinha Venezuela, seja como modelo para outros governos reacionários da região, como o de Bolsonaro no Brasil.

O estopim do levante popular foi a convocação da paralisação nacional (“paro nacional”) em 28 de abril por três centrais sindicais – CUI, CIC e CGT – e pela Federação de Docentes (Fecode), à qual se somaram organizações estudantis, a Minga indígena e outras entidades populares, contra a proposta de “reforma tributária” do governo que pretendia aumentar impostos (19% no IVA) sobre a cesta básica, tarifas de serviços públicos, combustíveis, descarregando nas costas do povo os custos da crise econômica (queda do PIB de 6,8% em 2020), com um desemprego de 16,8% e metade da população na informalidade e pobreza.

O “paro nacional”, com protestos, bloqueios e marchas em todo o país, prolongou-se, marcou o dia 1º de Maio, obrigando Duque a retirar o seu projeto de reforma, junto com a demissão do ministro da Fazenda em 3 de maio, que disse não querer ser obstáculo a uma “solução consensual”. Mas as ruas seguiram fervendo contra a violenta repressão que causou mais de 30 mortos,



milhares de feridos, 79 prisões e 200 pessoas desaparecidas.

“Vencido o pânico, volta o protesto nas ruas”

Desde Maracaibo (Venezuela) estabelecemos um diálogo com militantes colombianos. José Arnulfo Bayona, da Rede Socialista, nos enviou um artigo que diz:

“O povo entendeu que a reforma de Uribe-Duque era um assalto (...); por esse motivo e contra todo prognóstico, saiu maciçamente no ‘paro’ nacional de 28 de abril. O desespero de saber que tal reforma aumentaria o seu sofrimento, o levou a superar o pânico à pandemia, a não dar ouvidos à propaganda suja da mídia, botando a culpa nos convocadores pelos contágios que viriam, desacatou a ‘sentença’ autoritária de uma magistrada do tribunal de Cudimamarca ordenando os governos nacional, regionais e locais a proibirem as manifestações, e saiu em multidões às ruas, estradas, praças públicas de todo o país. (...)”

Segundo balanço do comando do ‘paro’, mais de sete milhões de trabalhadores, camponeses, mulheres, aposentados, jovens, taxistas, caminhoneiros, mineiros, estudantes, médicos e médicas, enfermeiras e enfermeiros, negros, indígenas, ambientalistas, feministas,

defensores de Direitos Humanos, comerciantes, pequenos e médios empresários, levantaram a sua voz contra a reforma tributária e o regime inepto, incapaz, injusto e corrupto de Uribe e seu subpresidente (...). Disseram basta de genocídios e terrorismo de Estado, de extermínio de indígenas, camponeses, excombatentes das Farc, basta de pilhagem dos recursos públicos da saúde, não ao projeto de lei 010, não à reformas trabalhista e das pensões, renda básica para as milhões de famílias jogadas na pobreza, vacinas gratuitas para todo o povo já.”

Já Ricardo Sánchez Angel, professor da Universidade Nacional, escreveu em 5 de maio: “Todos e cada um, a maioria jovens, afirmaram a sua dignidade e têm a solidariedade dos adultos em suas famílias, que também vão às marchas. ‘Só a luta nos fará livres e felizes’ é a convicção de uma juventude que carece de futuro, sem oportunidades, sem educação de qualidade e gratuita para todos, sem saúde garantida. Apanhada, sem saída, no desastre da civilização capitalista.”

A luta continua e exige solidariedade

Em Cali, segunda cidade do país, delegados dos “pontos de concentração e bloqueios do Paro Nacional” reuniram-se em assembleia em 6 de

maio na Universidade del Valle. Após constatar que “não existe uma direção unificada do ‘paro’”, decidiu-se, dentre outros pontos: “denunciar a campanha de desinformação contra as causas e atores do paro nacional, que a ditadura Uribe-duquista e a cúpula militar atribuem a frentes de guerrilha, a vândalos e bandos criminosos (...); convocar assembleias populares em todos os pontos de concentração e bloqueios que culminem numa grande assembleia municipal que construa um roteiro unitário, programático e democrático.”

Em 9 de maio o Comitê Nacional do “Paro” (CNP) reuniu-se na capital, Bogotá, com delegados dos comitês regionais e decidiu convocar uma nova mobilização nacional em 12 de maio “para rechaçar a militarização, mortos, presos e desaparecidos pela violência policial e exigir garantias do governo para o desenvolvimento de nossa luta e um processo de negociação das reivindicações dos setores mobilizados”. Também se decidiu “assembleias populares, sindicais e de grêmios para informar, ajudar a dirigir e fortalecer o ‘paro’ nacional”.

Em 10 de maio, o governo recebeu, sem que a mobilização fosse interrompida, uma delegação do CNP. Nada de concreto saiu dessa reunião, a não ser a tardia declaração de que o governo estaria disposto à negociação. No dia 11, Duque viajou a Cali onde, no domingo 9 de maio, a polícia protegeu civis armados que atiraram sobre indígenas que bloqueavam ruas em bairros ricos da cidade.

Toda a solidariedade à luta do povo colombiano, exigindo o respeito ao direito de manifestação e o fim da repressão. Atos e manifestações nesse sentido já vêm sendo feitos em vários países e devem intensificar-se, pois a luta do povo colombiano é a de todos nós.

11 de maio de 2021

Alberto Salcedo de Maracaibo

ESTAMOS EM CAMPANHA: ASSINE O JORNAL O TRABALHO

No mês em que comemoramos os 43 anos de O Trabalho (o número zero foi publicado em 1º de maio de 1978), lançamos uma campanha de assinaturas. Uma campanha que visa manter, como tem sido nestas mais de quatro décadas, o nosso jornal sustentado, exclusivamente, pelos seus leitores. Para facilitar a assinatura melhoramos no nosso site o acesso para realizar a assinatura.

Militantes da Corrente O Trabalho também estão procurando nossos

leitores, os companheiros e companheiras com quem lutamos, no dia a dia, ao lado dos trabalhadores, para oferecer uma assinatura. Diga sim! E torne-se um assinante deste jornal que há 43 anos se mantém fiel ao compromisso assumido desde a edição número zero: um jornal independente dos patrões e governos, a serviço da luta dos trabalhadores.

FAÇA SUA ASSINATURA EM:
otrabalho.org.br/assine

um jornal independente dos patrões e governos

Assinatura
MENSAL

R\$ 10 /mês

✓ Pagamento por cartão de crédito

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade indeterminada*

ASSINE AGORA

Assinatura
SEMESTRAL

R\$ 60

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 12 edições*

ASSINE AGORA

Assinatura
ANUAL

R\$ 120

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições*

ASSINE AGORA

Assinatura
SOLIDÁRIA

R\$ 150

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições*

ASSINE AGORA